

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.838.719 - SP (2019/0278929-3)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**  
**RECORRENTE** : **ARIOVALDO ALVES ACACIO**  
**ADVOGADO** : **CELSO POHL MOREIRA DE CASTILHO FILHO - SP148428**  
**RECORRIDO** : **BANCO ITAUCARD S.A.**  
**ADVOGADOS** : **CARLA CRISTINA LOPES SCORTECCI - SP248970**  
: **FERNANDA CRISTINA PALOS - SP386285**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto contra acórdão assim ementado (e-STJ fl. 279):

Apelação. Ação de rescisão contratual. Arrendamento mercantil. Apuração do valor devido de VRG somente em caso de rescisão contratual. Restituição de eventual saldo somente após a venda do bem, nos termos do que preconiza o entendimento pacificado pelo Superior Tribunal de Justiça no Resp 1.099.212/RJ. Legalidade das tarifas, nos termos do que preconiza o entendimento pacificado pelo Superior Tribunal de Justiça em sede de recurso repetitivo pelo Resp 1.578.573/SP. Sentença de improcedência mantida nos termos do art. 252 do RI-TJSP. RECURSO DESPROVIDO.

Nas razões recursais (e-STJ fls. 291/303), fundamentadas no art. 105, III, "a", da CF, o recorrente alega violação dos arts. 4º, I e III, 6º, 39, IV, 41, 42, 46, 47 e 52 do CDC, sob o argumento de que é aplicável o CDC e que ocorreu prática comercial abusiva. Nesse contexto, afirma a vulnerabilidade informacional, técnica e jurídica do consumidor, uma vez que o recorrente desconhecia o teor das cláusulas contratuais, caracterizando também falha no direito à informação.

Sustenta, ainda, negativa de vigência dos arts. 421 e 884 do CC/2002, pois é clara a abusividade da cobrança da tarifa de ressarcimento de terceiros. Destaca, assim, que "a função social do contrato foi desatendida, em razão de que as condições contratuais impostas ao Recorrente, com a indevida cobrança das tarifas, é exagerada se comparada com a vantagem que pretende o Recorrido obter" (e-STJ fl. 299).

Aduz, por fim, violação do art. 1.040 do CPC/2015, alegando que, conquanto a cobrança da Tarifa de Serviços de Terceiros constasse expressamente do contrato, esta não poderia ter sido exigida, por ser necessária a demonstração objetiva e concreta da contraprestação pela qual a tarifa está sendo cobrada, ou seja, a instituição bancária não teria comprovado nos autos a efetiva ocorrência de serviço prestado em benefício do consumidor.

Sustenta, ainda, negativa de vigência do art. 51, IV, do CDC, pois é clara a abusividade na cobrança da tarifa de terceiros. Argumenta que "o valor da Tarifa de Terceiros, R\$ 2.892,00, consubstancia-se em quase 11% do valor líquido do crédito (R\$ 27.000,00), evidenciando o caráter abusivo e a vantagem desproporcional da instituição bancária em detrimento do consumidor, quando da cobrança de tal tarifa" (e-STJ fl. 303).

Foram apresentadas contrarrazões (e-STJ fls. 307/313).

É o relatório.

Decido.

A alegação genérica de ofensa a artigo de lei federal, sem indicar em que medida teria o acórdão recorrido vulnerado tal norma e qual seria sua correta interpretação, enseja deficiência de fundamentação no recurso especial, inviabilizando a abertura da instância excepcional. Não se revela admissível, assim, o recurso especial quanto à violação dos arts. 6º, 41, 42, 47 do CDC e 884 do CC/2002, uma vez que a argumentação deficiente não permite a exata compreensão da controvérsia. Incidência da Súmula n. 284 do STF.

O Tribunal de origem, com base na interpretação dos elementos de convicção anexados aos autos, afastou expressamente tanto a abusividade na cobrança de tarifas quanto a deficiência no dever de informação. Consignou que o recorrente teve prévia ciência do conteúdo do contrato e afirmou também a legalidade da cobrança da tarifa por serviço de terceiro, nos termos do que preconiza o entendimento pacificado pelo STJ em sede de recurso repetitivo no REsp n. 1.578.553/SP (Tema n. 958). Confira-se:

RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. TEMA 958/STJ. DIREITO BANCÁRIO. COBRANÇA POR SERVIÇOS DE TERCEIROS, REGISTRO DO CONTRATO E AVALIAÇÃO DO BEM. PREVALÊNCIA DAS NORMAS DO DIREITO DO CONSUMIDOR SOBRE A REGULAÇÃO BANCÁRIA. EXISTÊNCIA DE NORMA REGULAMENTAR VEDANDO A COBRANÇA A TÍTULO DE COMISSÃO DO CORRESPONDENTE BANCÁRIO. DISTINÇÃO ENTRE O CORRESPONDENTE E O TERCEIRO. DESCABIMENTO DA COBRANÇA POR SERVIÇOS NÃO EFETIVAMENTE PRESTADOS. POSSIBILIDADE DE CONTROLE DA ABUSIVIDADE DE TARIFAS E DESPESAS EM CADA CASO CONCRETO.

1. DELIMITAÇÃO DA CONTROVÉRSIA: Contratos bancários celebrados a partir de 30/04/2008, com instituições financeiras ou equiparadas, seja diretamente, seja por intermédio de correspondente bancário, no âmbito das relações de consumo.

2. TESES FIXADAS PARA OS FINS DO ART. 1.040 DO CPC/2015:

2.1. Abusividade da cláusula que prevê a cobrança de ressarcimento de serviços prestados por terceiros, sem a especificação do serviço a ser efetivamente prestado; 2.2. Abusividade da cláusula que prevê o ressarcimento pelo consumidor da comissão do correspondente bancário, em contratos celebrados a partir de 25/02/2011, data de entrada em vigor da Res.-CMN 3.954/2011, sendo válida a cláusula no período anterior a essa resolução, ressalvado o controle da onerosidade excessiva;

2.3. Validade da tarifa de avaliação do bem dado em garantia, bem como da cláusula que prevê o ressarcimento de despesa com o registro do contrato, ressalvadas a: 2.3.1. abusividade da cobrança por serviço não efetivamente prestado; e a 2.3.2. possibilidade de controle da onerosidade excessiva, em cada caso concreto.

3. CASO CONCRETO.

3.1. Aplicação da tese 2.2, declarando-se abusiva, por onerosidade excessiva, a cláusula relativa aos serviços de terceiros ("serviços prestados pela revenda").

3.2. Aplicação da tese 2.3, mantendo-se hígidas a despesa de registro do contrato e a tarifa de avaliação do bem dado em garantia.

4. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE PROVIDO.

Portanto, observa-se que o Tribunal de origem, em consonância com o entendimento firmado por esta Corte Superior, concluiu que não há abusividade na cláusula de

cobrança de ressarcimento de serviços prestados por terceiros, quando referida cláusula faz especificação do serviço a ser efetivamente prestado.

Incide a Súmula n. 83 do STJ.

Destaca-se, ainda, quanto à abusividade, à desproporcionalidade da cláusula de serviços de terceiros e à prestação do serviço, o seguinte excerto do acórdão recorrido (e-STJ fls. 287/288):

No caso em apreço, o contrato foi firmado em 2010, bem como, as tarifas cobradas não se mostram desproporcionais se considerado o valor financiado. Assim, de acordo com a orientação da jurisprudência, é possível a cobrança das referidas tarifas.

Pondere-se, nesse sentido, que os diversos serviços bancários cobrados sob a forma de tarifas e despesas devidamente divulgadas e pactuadas com o correntista/mutuário, desde que em conformidade com a regulamentação do Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil, atendem ao princípio da transparência e da informação, em nada onerando o consumidor, pois este só pagará os valores dos serviços que efetivamente vier a pactuar com a instituição financeira.

Assim sendo, é forçoso convir que não há como se verificar a presença dos fatos que constituem o direito invocado na peça recursal, impondo-se o desacolhimento do recurso de apelação.

Nesse contexto, a pretendida revisão das conclusões do julgado estadual reclamaria o reexame dos elementos de convicção anexados aos autos, providência vedada nos termos das Súmulas n. 5 e 7 do STJ.

Ante o exposto, NEGO PROVIMENTO ao recurso especial.

Na forma do art. 85, § 11, do CPC/2015, MAJORO os honorários advocatícios em 20% (vinte por cento) do valor arbitrado em favor da parte recorrida, observando-se os limites dos §§ 2º e 3º do referido dispositivo. Deferida a gratuidade da justiça na instância de origem (e-STJ fls. 48/49), deve ser observada a regra do § 3º do art. 98 do CPC/2015.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

**Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator